

TECENDO CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

ALMEIDA, Flávio Aparecido de.¹

RESUMO

O presente estudo objetiva abordar como vem sendo o atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular. Para tanto, será utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica. Visa-se com este estudo mostrar que a luta por uma escola inclusiva necessita ter um projeto pedagógico que responda às necessidades específicas de cada aluno ou grupo de alunos, levando em consideração que a atuação da escola com relação à inclusão exige uma abordagem holística do educando na qual contemple seu contexto de vida na família, escola e sociedade. Por meio disso, vislumbra-se uma parceria que busque sempre alternativas para que a inclusão não seja apenas prevista na lei, mas que aconteça de fato e que venha vencendo todos os preconceitos e garantindo a cidadania plena de todas as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Palavras-chaves: inclusão; escola; aprendizagem.

TAKING CONSIDERATIONS ON INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION

ABSTRACT

The present study aims to address in a general way how has been the care of children with special educational needs in regular schools. For this, the bibliographic research will be used as methodology. This study aims to show that the struggle for an inclusive school needs to have a pedagogical project that responds to the specific needs of each student or group of students, taking into account that the school's action in relation to inclusion requires a holistic approach of the student in which it contemplates its context of life in the family, school and society. Through this, it is possible to see a partnership that always seeks alternatives so that inclusion is not only foreseen in the law but actually happens and that overcomes all prejudices and guarantees the full citizenship of all people with special educational needs.

¹ Mestrando em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória. Possui graduação em Psicologia pela Faculdade de Minas (FAMINAS - Muriaé); graduação em Pedagogia pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM); graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e graduação em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Especialização em Psicologia Social pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais (INTERVALE), especialização em Neuropsicologia pela Universidade Candido Mendes (UCAM); especialização em Neuropsicopedagogia (UCAM), especialização em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão (UCAM); especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (UCAM) e especialização em Gestão de Processos Educativos: Supervisão e Inspeção Escolar pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). É professor designado da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

INTRODUÇÃO

O presente artigo fará uma abordagem sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental visando a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. Previsto numa ampla legislação que trata do assunto e nas diretrizes curriculares para a educação especial, a inclusão está dentro das políticas educacionais inclusivas, onde prevê que os alunos devem ser atendidos em suas necessidades com respeito às suas limitações e buscando a partir das mesmas oportunizar que todas as suas potencialidades sejam desenvolvidas.

O objetivo do trabalho é promover uma reflexão acerca de como vem sendo abordado de maneira geral o atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular. Para tanto, utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica. O trabalho será composto de duas seções: na primeira será feita uma abordagem da educação inclusiva; na segunda serão tecidas considerações sobre a inclusão e a trajetória a seguir para que possa se efetivar na prática.

Breve histórico da educação especial inclusiva

Ao longo dos anos, o conceito de deficiência foi evoluindo e conseqüentemente promovendo um entendimento diferente no contexto da sociedade com relação à Educação Especial. Para se falar da Educação Especial Inclusiva é preciso entender que o próprio conceito de deficiência foi acompanhando uma extensa evolução ao longo dos anos e que se constitui num marco histórico que pode modificar a filosofia e a concepção de deficiência ao longo dos séculos.

Por isso, o que se viu ao longo do tempo foram momentos de preconceito e discriminação com relação à educação inclusiva e aos deficientes de qualquer natureza. Documentos demonstram que nos períodos relativos à Idade Média, por exemplo, os deficientes ou portadores de necessidades educativas especiais eram tratados como pessoas sub-humanas, em alguns casos eles eram abandonados à própria sorte desde quando nasciam e era constatada a deficiência. No entanto, no decorrer dos séculos, o Cristianismo se difunde na Europa e essas idéias enraizadas nas famílias e na sociedade vigente acabam por sofrer pequenas mudanças.

Com o passar dos tempos, surge por toda a Europa instituições para abrigar essas pessoas. Nesse período, por volta do século XIII, surge na Bélgica uma

instituição com este fim, e no século seguinte é criado um guia visando proteger as propriedades dos considerados “idiotas”. Em relatos feitos por Pessotti (1984), evidencia-se que os deficientes eram denominados de idiotas, imbecis, cretinos, termos estes usados para denominar todas as pessoas que apresentavam alguma necessidade especial, nos mais variados e diferentes níveis.

O rótulo se fazia presente na sociedade da época e demonstrava o quanto a discriminação e o preconceito eram evidentes. Ficava nítido também o egoísmo da sociedade, que valorizava o *ter* muito mais do que o indivíduo enquanto pessoa. Neste contexto histórico, o fato que marcou a Idade Média foi a caridade e o castigo, evidenciados durante o período da Inquisição ocorrida nos séculos XIV, XV e XVI, onde os deficientes eram queimados, castigados e acusados como hereges.

A medicina passa a se posicionar sobre os casos de deficiência mental a partir de meados do século XVII, quando os médicos Paracelso e Cardano começam a defender a ideia de que aquelas pessoas apresentavam um problema médico, uma fatalidade hereditária ou congênita. Estes, enquanto médicos, passam a considerar que a deficiência tem cura e assumem os casos que vão aparecendo. No entanto, ainda continua a existir uma desconfiança relacionada ao fato dos mesmos conseguirem ser educados ou não.

Neste mesmo século, algumas instituições religiosas começam a oferecer assistência aos deficientes. Assim, os chamados “idiotas”, antes tão discriminados, passam a ser vistos como produtos de alterações de sua estrutura cerebral. Essa nova visão incutida na sociedade pela medicina faz com que os argumentos religiosos comecem a cair por terra e a visão científica adquira mais propriedade.

Daí por diante, os estudos de Pestalozzi, Froebel, entre outros, passam a contribuir para que se modifique a visão de deficiente e deficiência no cenário social. Com o passar dos anos as concepções de deficiência foram se modificando e novos estudos contribuíram para que essas mudanças se consolidassem. Tais mudanças precisam também ser operadas no interior das famílias, pois no começo elas envergonhavam-se por ter um filho deficiente. Com base na prática clínica podemos observar que quando nasce uma criança com deficiência, muitas vezes os pais manifestam sentimento de perda daquela criança desejada, idealizada, podendo surgir então um sentimento de rejeição, de medo com relação ao seu futuro, de culpa, insegurança entre outros.

Portanto quando se faz uma retrospectiva histórica da forma como a sociedade tratou as questões envolvendo a deficiência, podemos citar o pensamento de Amaral (1994, p. 14) onde afirma que:

[...] aos tropeços chegou-se à superação do primeiro impasse: vida/morte, emergindo uma mentalidade que suportou a deficiência desde que a área mística circundasse então aquele que dedicavam-se sua vida à assistência, a esse segmento da população. E desde que as pessoas diferentes ficassem convenientemente confinadas em instituição ou guetos. É a fase áurea do assistencialismo, assentada em premissas e repulsa, solidamente plantada no terreno da caridade (religiosa ou laica).

Essa fase do assistencialismo citada por Amaral vem perdurando ao longo dos anos, associada a uma visão de caridade que passaram a se constituir em princípios adotados por clínicas espalhadas por todo o mundo. Nestas clínicas, as pessoas com necessidades especiais vieram a se acomodar e passaram a se sentir aceitos.

Corroborando o pensamento exposto por Amaral (1994) e mostrando como as ideias preconizadas na modernidade influem no pensar sobre a deficiência, Fontes (1997, p. 41) afirma que:

[...] com a chegada da modernidade e de sua desenfreada busca pelo padrão de beleza e de perfeição humana, por meio da mídia, as pessoas com necessidades especiais foram levadas a se defrontar, talvez com o momento mais tortuoso se suas vidas: a segregação social. Os próprios termos excepcionais, ou pessoas portadoras de necessidades especiais, ou ainda pessoas portadoras de deficiência trazem em si um fardo negativo, que os deficientes são mais ou menos obrigados a carregar.

Essas ideias preconcebidas e presentes em pleno século XX, principalmente na primeira metade do mesmo, deixaram evidenciado que o conceito de deficiência passa então a ser relacionado com as causas orgânicas, onde a deficiência passa a ser explicada através de problemas orgânicos oriundos da fase de desenvolvimento da criança e que, por nascer com ela, essa pessoa portadora de necessidades ou deficiências não teriam como reverter as mesmas. Essa visão de acordo com Marchesi (*apud* AMARAL, 1994) trouxe inúmeras consequências, tais como: a necessidade de se detectar o início do distúrbio, a conscientização da necessidade de se ter uma atenção no contexto educacional de forma especializada e uma organização na sua vida que prime pela regularidade.

A fim de ter um local para abrigar estas pessoas com deficiência, surgem as escolas especiais visando atender àqueles com deficiência mental. As escolas de educação especial continuam a crescer e a se propagar, adotando no seu interior uma conduta de diagnosticar, etiquetar, e inserir a criança com necessidades educacionais nas instituições especializadas, contribuindo desta forma para a exclusão e segregação das mesmas.

Tratando desta questão, Fonseca (1995, p.44), um dos grandes estudiosos da Educação Especial afirma que

Nos dias atuais, o direito de ser diferente é também visto como um direito humano, que passa naturalmente pela análise crítica dos critérios sociais que impõem a reprodução e preservação de uma sociedade (e de uma escola) baseada na lógica da homogeneidade e em normas de rentabilidade e eficácia, que tendem facilmente a marginalizar e a segregar quem não acompanha as exigências e os ritmos sofisticados.

Corroborando com pensamento especificado acima, uma ampla legislação vigente, como a Constituição Federal de 1988, a lei de Diretrizes e Bases da Educação entre outras, buscam tratar e fundamentar a mesma ao mostrar que todos têm direito à educação e que esta deve ocorrer em espaços que segreguem o mínimo possível (BRASIL, 1998).

As discussões atuais giram em torno da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais no contexto do ensino regular. Defendido por estudiosos e professores que acreditam que a convivência entre as crianças ditas “normais” e àquelas com deficiência podem contribuir e ajudar na apropriação de conhecimentos e na socialização destes alunos, além de colaborar para que eles venham a ser aceitos e as barreiras e preconceitos sejam vencidos.

Embora amparada legalmente, a inclusão acontece na rede regular de ensino de maneira fajuta, pois acontece de direito, mas não de fato. Na verdade, o que se vê é uma integração. A escola, os pais, aceitam a criança e a recebem em sua sala de aula, mas ela continua sem estar incluída na sala. É preciso então entender que apesar das palavras integração e inclusão se constituírem sinônimos, elas apresentam diferenças em suas concepções e na forma como são empregadas.

Mas para que a inclusão seja uma realidade é preciso que os professores sejam sensibilizados e adquiram conhecimentos que permitam trabalharem de maneira a favorecer a inclusão. Complementando esta ideia, Sanfelice (1989),

afirma que diante deste cenário emerge o argumento de que a escola e os educadores necessitam, além de sensibilidade, estarem instrumentalizados para que possam assumir a clientela escolar com suas características reais, com todas as diferenças presentes, definindo a ação pedagógica a partir daí.

Neste contexto, é preciso não se esquecer de que a educação escolar que almeje genuinamente converter-se em democrática deve trabalhar a fim de garantir a educação como direito de todos, e assim, tem o dever de incorporar também o educando com necessidades especiais. A existência deste grupo é fato e a educação formal não pode destinar-se apenas a uma clientela idealizada. Para tanto, é preciso organizar a escola. Neste caso, Sanfelice (1989, p.39) reafirma este pensamento ao citar que

[...] as escolas deverão estar organizadas diferentemente e com recursos distintos para atenderem as características das clientelas distintas, de outra maneira, uma escola igual para todos, em uma sociedade cuja clientela escolar e social é culturalmente distinta ou físico ou mentalmente diferenciada – no caso dos deficientes mentais – será teoricamente democrática e na prática discriminatória.

Para que a escola seja democrática é preciso que ela vá de encontro aos interesses daqueles que precisam da escola (neste caso os àqueles com necessidades educacionais especiais, que precisam ser incluídos). Para que ocorra a inclusão é preciso que haja uma mudança na ação pedagógica, que deve ser diferenciada.

Para uma proposta de ação pedagógica diferenciada é preciso trabalhar os professores, que de maneira geral ficam assustados com a possibilidade de receber em sua classe uma criança com deficiência, argumentando com rapidez o despreparo profissional para tal atendimento.

No entanto, constata-se que o fato mais assustador não se constitui no desconhecimento de metodologia apropriada, mas sim na ignorância do próprio conceito de deficiência, confundida frequentemente com doença mental e concebida como sinônimo de total incapacidade. Por isso, o maior desafio da inclusão reside nos educadores e na necessidade dos mesmos de terem suporte para exercerem com coerência sua ação educativa no contexto da sala de aula com alunos com deficiência.

Os alunos com necessidades educacionais especiais têm direito à educação, resguardados numa legislação específica que todo cidadão possui. No entanto, alcançar os objetivos previstos exige que haja inúmeras modificações na estrutura educacional, modificações estas que devem se basear na organização da escola e no seu respectivo funcionamento.

Para que a inclusão ocorra de fato é preciso que as atitudes da escola também tenham caráter de inclusão. Por isso, os professores precisam se comprometer com a filosofia da inclusão, buscando estudar/atualizar e se inteirar melhor sobre a temática.

Fundamentar-se teoricamente é importante para que a inclusão ocorra no contexto da escola. Conhecer os aspectos norteadores da mesma, conhecer as diretrizes curriculares nacionais que direcionam a educação especial também se constitui ponto importante. Todo este conhecimento faz com que os professores sejam estimulados a direcionarem todos os seus saberes e com isto aumentam a sua autoconfiança, conseqüentemente, oportuniza uma maior participação no contexto social, suscitando que haja mudanças.

Inclusão: diferentes análises da prática

Quando se procura o caminho a seguir quando se aborda a questão da inclusão, é fundamental pensar que a educação inclusiva tem por finalidade acolher e prestar um serviço de qualidade àqueles que convivem com alguma deficiência ou àqueles com distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos seus graus.

De acordo com Ferreira (1998b) ao falar de Educação inclusiva é interessante perceber que ela vai além de abrir as portas da escola regular para um público que antes não era contemplado, mas sim, uma atitude que visa fazer com que ele permaneça e assim possa ser atendido em todas as suas necessidades.

Neste contexto, o que se tem observado é a importância de se trabalhar o respeito e a valorização da diversidade dos alunos. Para isto, é exigida da escola uma definição com relação as suas responsabilidades no estabelecimento de relações que possibilitem a criação de espaços inclusivos, bem como procurar superar a produção pela própria escola de necessidades especiais.

O foco das discussões no contexto das políticas públicas para a educação inclusiva deve ser descobrir a função social da escola. Por isso é preciso que no

contexto do projeto político pedagógico da escola sejam colocadas as posições nas quais os professores participem efetivamente a fim de possibilitar e assegurar, na prática, o direito de aprender que se faz universal, independente das dificuldades, limitações e défices cognitivos.

Diante desta preposição, fica evidenciado que é a escola que deve se organizar física e pedagogicamente para receber e ofertar um serviço qualificado ao discente, e não o contrário, como acontece no interior da escola. (FERREIRA, 1998b). Por isso é preciso que haja um planejamento e uma melhoria na estrutura e no funcionamento dos sistemas de ensino com vistas a qualificar de forma contínua e crescente os educadores para a diversidade. Essas mudanças começam dentro dos sistemas escolares que deverão matricular todo e qualquer aluno. Para tanto, as escolas precisarão se organizar fazendo adaptações curriculares, mudanças nas estruturas físicas e promovendo estudos com os professores visando o atendimento de crianças com necessidades educativas especiais na classe regular. É preciso a execução de planos que visem promover e assegurar vagas em diferentes esferas educacionais para pessoas com necessidades educacionais específicas.

Na visão de Ferreira (1998a) é preciso também que sejam elaborados projetos pedagógicos que se orientem pela política de inclusão e pelo compromisso com a educação escolar desses alunos, estruturando os sistemas locais de ensino com recursos pedagógicos necessários, para apoio aos programas educativos e ações destinadas à capacitação de recursos humanos para atender às demandas dos alunos com necessidades educativas especiais.

A formação de recursos humanos, tanto em quantidade como em qualidade, e a garantia de recursos financeiros e serviços de apoio pedagógico (públicos e privados) especializado para assegurar o desenvolvimento educacional dos alunos irá, com certeza, garantir que a inclusão seja bem-sucedida.

De acordo com o conjunto de necessidades educacionais especiais presentes em cada unidade escolar, há que se enfatizar a necessidade de que decisões sejam tomadas no contexto local, tendo por parâmetros as leis e diretrizes pertinentes à educação brasileira, além da legislação específica da área.

Outro aspecto importante são as políticas que devem ser traçadas de maneira conjunta entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tornando efetivo o debate de ideias e a tomada de decisões acerca de como devem se estruturar os sistemas educacionais e de quais procedimentos de controle social serão

desenvolvidos. Só criar decretos e leis não tornará, por si só, a educação inclusiva uma realidade. Para isto é preciso se promover uma avaliação das reais condições que possam possibilitar a inclusão planejada, de forma gradativa e contínua. Faz-se urgente que as diferentes estruturas políticas (federal, estadual e municipal) implantem efetivamente com estruturas, materiais pedagógicos e capacitação de professores uma prática inclusiva e potencializadora da pessoa.

Avanços só serão possíveis quando o sistema de ensino analisar e perceber as demandas que emergem em diferentes contextos e assim possibilitarem a troca de informações e de experiências no campo da educação inclusiva. Na visão de Ferreira (1998b) se torna essencial para que a inclusão se efetive a formação dos professores para o ensino na diversidade, bem como para o desenvolvimento de trabalho de equipe.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 59 inciso 111 (BRASIL, 1996) aponta os diferentes professores para atuarem no atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais, sendo um o regente da turma/conteúdo, que deve identificar as dificuldades e potencialidades e com uma metodologia diferenciada ofertar meios para que esse aluno consiga aprender dentro das suas especificidades; e o professor especialista em educação especial, que utiliza de diferentes técnicas e recursos para otimizar o educando, auxiliando assim no seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. A formação continuada do professor será fundamental para que no dia a dia do fazer pedagógico ele possa construir concomitantemente com os demais funcionários e alunos um espaço democrático de aprendizagem, sabendo respeitar as diferenças existentes em cada um e compreendendo as características essenciais para a construção de um cidadão, que é o respeito à diversidade que o cerca.

Além disso, os diversos setores de pesquisa das universidades deverão desenvolver estudos buscando melhorar recursos para auxiliar e ampliar a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais de se comunicarem, locomoverem e de participarem cada vez mais com autonomia. Essa autonomia conquistada poderá oportunizar que eles venham a ter uma vida mais produtiva, tanto no contexto educacional quanto social, exercendo assim plenamente sua cidadania. Estudos e pesquisas sobre inovações na prática pedagógica e desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias ao processo educativo são de

grande relevância para o avanço das práticas inclusivas, assim como atividades de extensão junto às comunidades escolares.

Algumas necessidades educacionais requerem da escola uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado, que proporcionem aos alunos meios para acesso ao currículo. Estas são as chamadas necessidades educacionais especiais (FERREIRA, 1998b). Devido a abrangência da definição da mesma, o foco deixa de ser a deficiência das pessoas para se enfatizar o ensino e a escola, as formas e as condições de aprendizagem. Na verdade, deve ser analisada pelo professor a origem de um problema, e assim ser pensado que tipo de resposta educativa e quais recursos e apoios a escola deve proporcionar para que haja sucesso escolar. Por fim, ao invés de pressupor que o aluno deva se ajustar a padrões de "normalidade" para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para que possa atender à diversidade de seus alunos.

Tudo isto passa necessariamente pelo fato de a escola ter um projeto pedagógico que aborde a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais seguindo as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Educação nas diversas modalidades de ensino. É obvio que este projeto deve atender ao princípio da flexibilização para que o acesso ao currículo seja adequado às condições dos discentes, respeitando seu caminhar próprio e favorecendo seu progresso escolar.

De acordo com Ferreira (1998a), a avaliação pedagógica é de suma importância no decorrer do processo para que se possa, assim, intervir de maneira eficaz nas dificuldades encontradas pelo educando e também potencializar talentos que muitas das vezes são esquecidos quando os educadores ficam presos naquilo que o aluno não consegue realizar com presteza. Vale a pena ressaltar que a Educação deve ter como centralidade o aluno e o seu processo de aprendizagem, não se limitando a questões arcaicas de um currículo enrijecido que visa apreensão de algo pronto e estático. As Instituições Educacionais precisam urgentemente reconhecer as diferentes formas de compreender e aprender o mundo que nos cerca, não desconsiderando o conhecimento construído ao longo do tempo (que tem o seu valor acadêmico), mas ofertando com qualidade aquilo que o aluno é capaz de aprender.

Os alunos necessitam de um atendimento individualizado e, sobretudo humanizado por parte da escola e pelos diferentes personagens que a compõem. É entendendo a dinâmica do aluno e sua forma de aprender que construiremos uma

cultura de valorização do ser humano, percebendo que a escola tem muito a contribuir para as pessoas com necessidades educacionais e que eles também têm muito a ofertar dentro do contexto educacional ao qual estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se observar que lutar por uma escola inclusiva, que busque ter um projeto pedagógico que responda às necessidades específicas de cada aluno e grupo de alunos, traz uma nova esperança. Sem dúvida o convívio ampliado entre os pares é uma das mais férteis vertentes educativas.

Sendo assim, incluir não é forçar uma convivência, nem apenas colocar o indivíduo para participar de um grupo. Envolve um conjunto de estratégias, de sensibilização e a participação da comunidade. A escola inclusiva deve estar preparada para atender a todos os alunos que a procuram. Dentre os alunos com necessidades educativas especiais encontram-se os alunos com deficiências, condutas típicas e altas habilidades.

Muitos obstáculos ainda precisam ser vencidos. Acredita-se que a inclusão deva começar na família, porque é nela que o processo de exclusão tem início. Outro obstáculo para o sucesso dessa transformação é a sociedade, que exclui rotulando. Portanto, a inclusão requer uma mudança de postura, tanto da escola, quanto da família e da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lúcia Assunção. **Pensar a Diferença/ Deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº 9394/96. Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1998.

FERREIRA, Isabel Neves. **Caminhos do aprender: Uma alternativa educacional para a criança portadora de deficiência mental**. Rio de Janeiro: ABT, 1998a.

FERREIRA, Júlio Romero. A Nova LDB e as Necessidades Educativas Especiais. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 46, p. 7-15, set. 1998b.

FONSECA, Vitor da. **Educação especial: Programas de Estimulação Precoce, uma Introdução às Ideias de Fuertein**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FONTES, Rejane de Souza; LANDI, Maria de Lourdes. Estigma: uma Prisão sem Grandes. **Revista Integração**, Brasília, n. 13, p. 41-46, 1997.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência Mental:** da Superstição à Ciência. São Paulo: Queiros/ EDUSP, 1984.

SANFELICE, José Luís. Escolas Públicas e gratuitas para Todos: Inclusive para os “Deficientes Mentais”. **Cadernos Cedes**, São Paulo, n. 23, p. 29-37, 1989.